

A avaliação no contexto da Governança

Mónica Catarina do Adro Lopes
Doutoranda em Sociologia
monica@ces.uc.pt



1 Introdução

A avaliação de políticas públicas é desde há alguns anos uma preocupação central dos governos dos países industrializados e aparece ligada a aspectos sociais e de transparência democrática, em estreita relação com a participação plural dos atores que entram em jogo, apontando para um novo tipo de controlo político-democrático em consonância com os princípios da Nova Governança.

Neste poster, que tem por base a reflexão conduzida no âmbito de uma dissertação de Doutoramento em curso, pretendo contextualizar a avaliação de políticas públicas no marco da Nova Governança, discorrendo brevemente sobre as origens da avaliação e os debates que tem suscitado, assim como sobre o panorama atual e as tendências de desenvolvimento da prática de avaliação de políticas públicas em Portugal. Por fim, pretendo discutir e levantar questões sobre o impacto da crise na procura e na qualidade dos processos de avaliação de políticas e programas públicos. origem

2 Fundamentos da avaliação na Europa

Desde dos anos 80/90, vem-se afirmando e consolidando o interesse no paradigma normalmente designado de Governança (ou Governação).

Na Europa, o impulso para a afirmação do paradigma da Governança encontra-se plasmado no Livro Branco da Governança, cujos princípios se baseiam na "abertura, participação, responsabilidade, eficiência e consistência, propondo-se também os da legitimidade democrática e da subsidiariedade".

Até ao momento, a incorporação deste marco referencial na avaliação de políticas públicas não tem sido frequente (Cuesta & Martínez, 2010, p. 19). Em todo o caso, na Europa, além dos países pioneiros do Norte e do Reino Unido, o grande impulso para a avaliação nos últimos anos vem da União Europeia, que vem sublinhando a importância de avaliar as suas políticas e a necessidade do desenvolvimento de políticas de avaliação pelos países membros.

O desenvolvimento de políticas regionais promovido pela UE colocou em marcha o mecanismo dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE) que obriga os Estados-Membros a realizar actividades de avaliação sistemáticas e obrigatórias que justifiquem os programas de ajuda.

3 O panorama português

A integração europeia terá funcionado como um motor de desenvolvimento no que diz respeito à Avaliação de Políticas Públicas, ao obrigar os Estados Membros, como seja Portugal, a modificar as suas estruturas e procedimentos administrativos, ainda que a extensão da efetividade desta influência seja questionada por diversos/as autores/as.

Segundo José Magone (1997 como citado em Carneiro, 2007, p. 69), foi a gestão dos fundos estruturais que impulsionou e tornou realmente evidente a necessidade de adaptação das estruturas da Administração Pública portuguesa aos procedimentos europeus, para que a administração portuguesa fosse capaz de aumentar a sua eficiência com vista a facilitar a absorção, a implementação e a monitorização dos fundos estruturais.

Campos (1997, p. 6) defende, todavia, que "a integração europeia foi uma grande ocasião perdida de modernização da Administração Pública no nosso país" e que "as políticas públicas só muito excepcionalmente têm sido avaliadas, e a maior parte das vezes por pressão da União Europeia para avaliação do uso dos fundos estruturais."

Na sua análise sobre a avaliação das políticas públicas no discurso político português, Inês Carneiro (2007) constata que as questões da Avaliação de Políticas Públicas que podem responder às exigências do novo paradigma da governança não têm sido incorporadas no discurso político, tais como a criação de conhecimento, a responsabilização política, a informação ao público e a qualidade da governação

Têm sido privilegiadas ao longo do tempo ao longo as questões que assumem a Avaliação de Políticas Públicas como um instrumento de gestão, como a procura de uma maior eficácia e eficiência e a aferição de objectivos.

Não se pode dizer que algum Governo tenha delineado uma verdadeira política de Avaliação de Políticas Públicas, sendo que este instrumento foi surgindo no discurso político português de forma indirecta e incipiente, não tendo nunca sido sistematizada e considerada uma política pública autónoma.

4 Avaliação em contexto de crise

Tempos de turbulência económica (Segundo Linda Imas, no prelo):

Podem constituir um impulso para a avaliação, mas há outros factores que podem entrar em jogo, especialmente em tempos mais estáveis.

Por vezes fazem aumentar a procura de informação sobre o desempenho dos programas com financiamento público, mas a procura é por sistemas de monitorização de desempenho baseados nos resultados ligados aos orçamentos.

Existem outros factores além da crise económica que podem levar os governos a investir em sistemas de monitorização de desempenho ou de avaliação:

- comprometimento do governo com uma visão de melhoria e transparência da administração pública;
- apoio dos financiadores para capacitação em avaliação;
- requisitos formais para adesão à UE, etc.

5 Referências bibliográficas

- Cuesta, Marisa, & Martínez, Ana R. (2010). *Fundamentos de Evaluación de Políticas Públicas*. Madrid: Ministerio de Política Territorial y Administración Pública. Agencia Estatal de Evaluación de las Políticas Públicas y la Calidad de los Servicios.
- Carneiro, Inês (2007). *A Avaliação de Políticas Públicas no discurso político português (1926-2005)*, Dissertação de Mestrado em Políticas Comparadas, Lisboa: ICS.
- Campos, A. C. (1997). "Novos Desafios para a Administração Pública", in *Las Jornadas de Modernização Administrativa*, S. M. A., Lisboa, 21 de Novembro de 1997. Oeiras: INA.
- Imas, Linda (prelo). *Evaluation in Stable and Turbulent Times*. Toronto: Transaction Publishers.

